

Práticas de Ensino de História : Interpretações da resistência e protagonismo das mulheres escravizadas em Alagoas para o EMI

**Baixe agora
no educapes**

Fábio Francisco de Almeida Castilho
João Vitor da Silva Santos



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas-Ifal**

**Práticas de Ensino de História : Interpretações da resistência e
protagonismo das mulheres escravizadas em Alagoas para o EMI**

**Fábio Francisco de Almeida Castilho
João Vitor da Silva Santos**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas-Ifal

EXPEDIENTE TÉCNICO

Autor: Fábio Francisco de Almeida Castilho

Projeto gráfico:Fábio Francisco de Almeida Castilho
João Vitor da Silva Santos

Diagramação: João Vitor da Silva Santos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

370.9

C352p

Castilho, Fábio Francisco de Almeida.

Práticas de ensino de história [recurso eletrônico] : interpretações da resistência e protagonismo das mulheres escravizadas em Alagoas para o EMI / Fábio Francisco de Almeida Castilho, João Vitor da Silva Santos. – Maceió : IFAL, 2024.

Dados eletrônicos (1 arquivo : 90,8 MB) : il., color.

Inclui figuras, quadros e referências.

Produto educacional do projeto de pesquisa Mulheres escravizadas em Alagoas: uma proposta de pesquisa e ensino a partir de registros de protagonismo feminino nos periódicos locais (1870 e 1880).

ISBN: 978-65-01-17158-6.

1. Ensino de história – Práticas. 2. Protagonismo feminino.
3. Mulheres escravizadas – Alagoas. 4. Escravidão – Resistência. I. Santos, João Vitor da Silva. II. Título.

Franciane Monick Gomes de França
Bibliotecária – CRB 4/1831

Sumário

Introdução.....7

Eixo de análise 1- A violência.....12

Eixo de análise 2- As fugas.....15

Eixo de análise 3- Os núcleos familiares.....19

Eixo de análise 4- As biografias.....21

Eixo de análise 5- Os processos judiciais na busca por liberdade.....25

Considerações finais.....28

Referências.....29

Lista de Figuras e Quadros

Figura 1:A força feminina-Resistência e protagonismo.....	7
Quadro 1: Mulheres escravizadas no Censo de 1872 - Alagoas.....	8
Figura 2:Mulheres trabalhando no campo.....	9
Figura 3: Capa do livro jogos de escala.....	9
Figura 4: O jornal como fonte histórica.....	10
Quadro 2: Eixos de análise quanto a representação feminina nos periódicos de Alagoas.....	10
Figura 5: Mulheres escravizadas registro de Marc Ferrez.....	13
Figura 6:Execução da escravizada Amy Spain.....	14
Figura 7: Fuga de Escravos, 1859 - François-Auguste Biard.....	16
Figura 8: Mãe escravizada com filho.....	20
Figura 9: Escravizada de Perfil.....	22
Figura 10: Resistência e liberdade.....	26

Apresentação

Este Produto Educacional foi desenvolvido no âmbito do projeto “Perspectivas do Ensino Integrado e a elaboração de Produtos Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica”. Seu objetivo é abordar as questões de gênero no processo de resistência ao escravismo e busca por liberdade em Alagoas no final do século XIX. A ideia é proporcionar aos estudantes do Ensino Médio uma ferramenta que apresente o papel feminino e o seu protagonismo na luta pela liberdade.

De acordo com o Censo Imperial de 1872, a população feminina escravizada em Alagoas era de 17.409 mulheres. Conhecer e destacar aspectos qualitativos do dia a dia dessas mulheres, numa perspectiva que favoreça o ensino-aprendizagem de História, foi o objetivo traçado.

Para atingir o escopo, agrupamos as notícias selecionadas em cinco eixos de análise. A intenção foi demonstrar como as mulheres escravizadas encontraram diferentes estratégias para resistir ao cativeiro. Nas histórias contadas, procuramos perceber ora a resiliência e ora a autonomia que confere o protagonismo em suas próprias vidas, afastando interpretações inadequadas de uma postura complacente e passiva dos escravizados na História do Brasil. Dessa forma, o material se propõe a privilegiar a ação das personagens em diferentes estratégias e maneiras de resistir.

A elaboração do Produto ainda atende uma perspectiva de trazer para a sala de aula do ensino médio um ponto de vista mais atual e interativo, com respaldo em pesquisas recentes e debates acadêmicos atualizados. Dessa forma, o ensino de história se torna mais dinâmico, integral e propositivo.

Por fim, nossa intenção é apresentar um material que possa favorecer o Ensino de História por meio de uma visão crítica e atualizada sobre a formação do povo brasileiro, pensada, especialmente, para os estudantes do Ensino Médio Integrado.

Introdução

O objetivo deste material é interpretar as representações das mulheres escravizadas em Alagoas nas décadas de 1870 e 1880, período final do escravismo. Com base no Censo Nacional de 1872 sabemos que existiam em Alagoas 17.409 mulheres escravizadas na província. Nossa intenção é buscar na imprensa local notícias relacionadas ao dia a dia e ao trabalho dessas mulheres, destacando sua condição de sujeitos históricos e identificar práticas de resistência à escravidão.

Nessa perspectiva, levamos em consideração as "relações de gênero", ou, mais especificamente a "história das mulheres", pois nas últimas décadas foram pluralizados os objetos de investigação histórica e as mulheres foram alçadas à condição de objeto de estudo da História, ganhando relevância e tornando mais perceptível significados sutis e, até então, invisíveis (SOIHTE e PEDRO, pp. 285. 2007).

Imagem 1: A força feminina-Resistência e protagonismo



Fonte: Plata o plomo, Disponível em <https://plataoplomo.com.br/mulheres-fortes-e-independentes-que-representam-a-luta-do-feminismo/>, Acesso em 27/09/2024.

Com efeito, a “história das mulheres” carece de maior dedicação, pois, por muito tempo, as mulheres ficaram relegadas a um lugar subalterno até mesmo na historiografia. Mergulhar nesse universo de pesquisa implica em perceber a relevância quantitativa das mulheres escravizadas na sociedade de finais do XIX, e, em seguida, buscar por relatos primários que possibilitem a leitura qualitativa da resistência e protagonismo dessas personagens.

Dessa forma, de acordo com o Censo Nacional de 1872 o quadro irá demonstrar.

O quadro localiza a população feminina nos diversos municípios de Alagoas e informa dados demográficos dessa população, como a quantidade de escravizadas alfabetizadas, o estado civil, a origem e as diversas atividades que desempenhavam na produção da província. No entanto, julgamos pertinente qualificar essa análise a partir de outro corpo documental. Nosso objetivo foi encontrar nos periódicos locais (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>) notícias que descrevam o cotidiano no qual, por vezes, as mulheres escravizadas aparecem como protagonistas no processo de transição da mão de obra em Alagoas.

Quadro 1: Mulheres escravizadas no Censo de 1872 - Alagoas

Cidade	População total	Número de escravas	Sabem ler e escrever	Solteiras	Número de estrangeiras	Costureiras	Criadoras e Jornaleiras	Lavradoras	Serviços domésticos	Sem profissão
Traipu	21.154	546	0	479	12	82	2	263	106	93
Alagoas	9.802	507	0	444	40	11	14	174	110	198
Imperatriz	29-754	677	0	607	11	0	0	362	41	274
Pilar	9.811	708	0	626	22	36	9	211	262	190
Porto de Pedras	6.260	457	0	430	7	0	6	117	115	219
Passo do Camaragibe	21.146	1.209	1	1.039	99	59	341	60	552	197
Paulo Afonso	10.919	335	5	207	70	7	12	88	141	87
Santa Luzia do Norte	9.155	911	0	769	31	0	0	216	410	285
São Miguel	12.328	1.042	1	947	95	42	6	495	258	241
Maceió	27-703	2.212	10	2.049	247	75	324	45	959	808
Assembleia	33-433	989	1	857	26	0	22	693	86	167
Pão de Açúcar	9.010	234	2	222	3	17	29	6	154	28
Atalaia	24.582	958	0	923	11	9	386	9	448	106
Palmeira dos Índios	17.022	1.799	1	1.701	40	0	741	0	443	615
Coruripe	9.132	587	0	532	47	0	0	269	24	294
Anadia	13.837	641	0	581	21	7	186	79	297	72
Penedo	35.198	1.300	0	1.103	59	183	5	189	118	800
Murici	12.339	367	0	378	0	21	0	289	38	40
Porto Calvo	25.566	1.900	0	1.753	64	0	177	543	269	846
Total	338.121	17.409	21	15.647	899	549	2.260	4.117	4.831	5.560

Fonte:elaborada por Castilho 2021,p.3 artir do Censo Nacional de 1872 disponível em:
<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/acesso> 09 de junho de 2021.

Metodologicamente, na perspectiva da História Social, o estudo das "minorias" e das classes subalternas das sociedades faz-se necessário por ser um método que promove a inclusão de novas classes sociais na dinâmica da disciplina história. A história social tornou o estudo do passado mais complexo ao incluir as classes subalternas no rol dos protagonistas, subvertendo a ordem da "história tradicional" e promovendo a "história vista de baixo" (BURKE, 1992). A partir da inclusão de novos grupos, novos objetos e novos documentos, alguns historiadores passaram a estudar o micro, isto é, as trajetórias individuais, para melhor compreender as questões da estrutura e macroestrutura social.

De acordo com Jacques Revel (1998), a micro-história caracteriza-se pela análise de elementos do passado histórico em nível de escala reduzida, tendo como alvo aspectos culturais, econômicos e sociais. Um exemplo é a análise de pessoas comuns, que, em vida, nunca tiveram nenhuma notoriedade, como camponeses pobres da Idade Média ou mesmo escravizados nas colônias americanas. O objetivo da microanálise é, a partir da escala em nível micro, atingir o panorama mais amplo daquela época, promovendo assim um "jogo de escalas", com vistas a uma maior elucidação do passado histórico

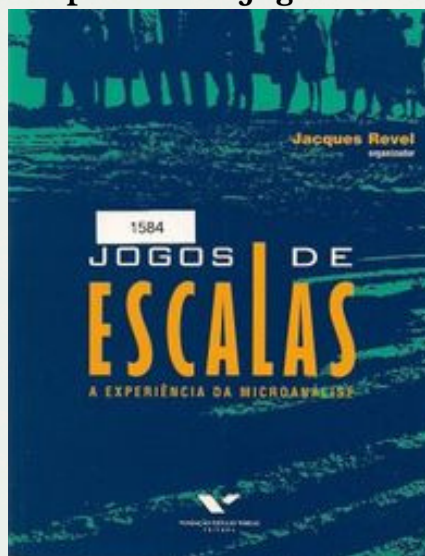
Desta forma, pesquisas que têm por mote a micro-história abordam "os temas do vivido, do cotidiano, da subjetividade, e da atenção pela narrativa à história do acontecimento e do fait divers", oferecendo uma leitura diferente e mais qualitativa das "superestruturais e dos fenômenos marginais" (LIMA, 2006).

Imagem2: Mulheres trabalhando no campo



Fonte: geledes.org, Disponível em
<<https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>> Acesso em 11 de setembro de 2024.

Imagem 3: Capa do livro Jogos de escalas



Fonte: Skoob, Disponível em <
<https://www.skoob.com.br/jogos-de-escalas-86495ed95555.html>> Acesso em 11 de setembro de 2024.

Neste viés, os periódicos são fontes ideais para empreender uma proposta de pesquisa pautada na história social e na micro-história, pois os mesmos apresentam os fatos e notícias do cotidiano, trazendo em seu corpo documental as “imperfeições” do dia a dia e sem a censura ou frieza dos documentos oficiais, como bem salientou Pierre Nora (1995).

Segundo Antônio Nóvoa (1997), é difícil encontrar qualquer outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias de qualquer período em enfoque. De acordo com o mesmo autor, as páginas dos periódicos revelam as questões essenciais que atravessam o objeto em estudo porque a escrita jornalística, na maioria das vezes, ainda não foi depurada das “imperfeições do cotidiano” e permite, por esse motivo, leituras que outras fontes não autorizam.

Com efeito, a transição da mão de obra foi um dos temas mais presentes na imprensa nacional do final do século XIX. Desde 1870 os periódicos de todo o país repercutiam questões referentes ao final do escravismo e as novas formas de trabalho que deveriam surgir nas lavouras. Em Alagoas, Marques (2016) e Santos (2018) assinalam a erupção desses temas na imprensa periodista de Maceió e do interior da província. Em nossa pesquisa, consideramos as folhas O Orbe (1879-1900), O Liberal (1869-1884) Jornal do Pilar (1874- 1879), Jornal do Penedo (1875-1890), O Lincoln (1885-1888) e O Gutenberg (1883-1904) e encontramos centenas de notícias que tratam do dia a dia de mulheres escravizadas.

Por fim, trata-se de uma opção metodológica de voltar-se primordialmente para as fontes primárias dando voz aos protagonistas do acontecimento histórico analisado. Nossa intenção é perceber e entender as transformações do mundo do trabalho em fins do XIX pela ótica das mulheres escravizadas. Durante a pesquisa um grande volume de notícias foram encontradas e com o intuito de organizar esses documentos dividimos o material selecionado em cinco eixos de análise, conforme o quadro acima.

Imagem 4: O jornal como fonte histórica



Fonte: Blog da Marta, Disponível em <https://marthaprofteresiano.blogspot.com/2017/03/fonte-historica-material-jornal.html> Acesso em 25/09/2024

Quadro 2: Eixos de análise quanto a representação feminina nos periódicos de Alagoas

Eixo de análise 1- A violência	Denúncias nos jornais abolicionistas de escravizadas que foram seviciadas por seus proprietários e a inusitada participação policial no encarceramento e castigos físicos. Algumas escravas morreram depois de submetidas a esse tratamento.
Eixo de análise 2- As fugas	Compilação de documentos que noticiam fugas de escravas, essas notas descrevem fisicamente as mulheres e indicam qual a recompensa oferecida pelos proprietários e, em algumas vezes, a condição das fugas.
Eixo de análise 3- Os núcleos	Notícias que tratam da formação de famílias no cativeiro e as dificuldades de se manter esse núcleo durante o escravismo.
Eixo de análise 4- As biografias	Escravas que receberam tratamento mais longo nos jornais por se envolverem em algum tipo de polêmica em suas trajetórias individuais. São casos que se estenderam por meses e por essa razão os editores forneceram mais dados biográficos dessas mulheres ao longo do tempo.
Eixo de análise 5- Os processos judiciais na busca por liberdade	Mulheres escravizadas que buscaram a justiça para garantir algum direito ou mesmo buscar a liberdade própria ou de familiares. No período final do escravismo essa prática tornou-se bastante comum.

Fonte: Elaborado pelo autor,2024.

A partir dessa organização tentamos perceber os motivos das ações das mulheres escravizadas para reconstruímos o passado pela ótica dessas personagens de maneira qualitativa. Cada notícia foi interpretada à medida que tentamos compreender os diversos aspectos e estratégias de resistência cotidiana às relações escravistas. Por último, ressaltamos que as personagens estudadas aqui não são apresentadas como protagonistas nos periódicos. Ao contrário, é preciso ler os documentos a contrapelo (LOWI, 2002) para perceber o mencionado protagonismo.

Eixo de análise 1- A violência



De acordo com Silvia Lara (1988), falar em escravidão é falar por si só em um regime violento. Sem o direito à liberdade o escravizado estava sujeito aos mandos de seus senhores, embora de algumas maneiras pudesse fazer sentir seu inconformismo perante tal situação.

Nos periódicos analisados encontramos práticas de violência contra as escravizadas impetradas de maneira corriqueira; ora por seus proprietários, com o argumento de castigar ou punir algum ato; ora pela polícia, com o argumento de manutenção da ordem:

Imagem 5:Mulheres escravizadas registro de Marc Ferrez



Fonte: Blog doins, Disponível em <https://blogdoins.com.br/escravos-de-marc-ferrez-por-lilia-moritz-schwarcz/>, Acesso em 25/09/2024.

(...) uma infeliz escrava de nome Luiza foi tão barbaramente surrada que estava prestes a falecer. Há também em dito engenho dois escravos que de dia trabalham com grossas correntes no pescoço como se fossem gallés e a noite passam no tronco. É um meio bárbaro de castigar usado pelo sr. de tal engenho. (Gutenberg, 14 de outubro de 1886, p.2).

Que lei autoriza ao snr. Nathaniel (Chefe de Polícia de Pilar) arrastar para a cadeia os escravos alheios, às sete horas da noite, mandar surra-los e raspar a cabeça, sem consentimento de seus senhores! Que lei é esta? (...) No entretanto, além dos escravos de Antonio Mathias que aí estão com as mãos arrebrandadas de bolos, que não poderão dar serviço este mês, noite atrás o sr. Nathaniel mandou conduzir a cadeia uma mulata, do sr. Capitão Olegário, que foi arrancada pelos soldados das mãos da senhora com quem se pegava, arrancada violentamente e levada para a cadeia, e surrada a bolos sem ordem do proprietário! (...) Ainda rasgaram-lhe o vestido e desrespeitaram-na com palavras!! (Jornal do Pilar, 08 de abril de 1878, pp.1 e 2).

Mesmo em jornais escravocratas, as notícias que relatam a violência e o abuso eram reprovadas pelos editores. No entanto, essas notícias ganhavam maior comoção nas páginas dos jornais abolicionistas, que percebiam na violência imoderada um dos principais argumentos para se colocar fim ao regime escravista. Com o intuito de informar a população, mas também de chocar a mesma, as folhas abolicionistas de Alagoas reproduziam notícia bárbaras que ocorriam no interior da província ou mesmo fatos passados em outras províncias que resultaram na morte de escravizadas:

De Anadia nos escrevem, em data de 2 de outubro, chamando a atenção do exm. Snr. Presidente da Província e do dr. Chefe de polícia para o seguinte: - No engenho Bebedouro, uma infeliz escrava de nome Luiza foi tão barbaramente surrada que estava prestes a falecer. Há também em dito engenho dois escravos que de dia trabalham com grossas correntes no pescoço como se fossem gallés e a noite passam no tronco. É um meio bárbaro de castigar usado pelo sr. de tal engenho. Pedimos as suas primeiras autoridades da província, providência. (Gutenberg, 14 de outubro de 1886, p.2).

As cenas de violência e barbárie expostas nos jornais abolicionistas tinham a intenção de denunciar abusos e combater o regime escravocrata marcado pela violência (CASTILHO, 2019).Grinberg (2018, p.244) considera que os castigos físicos faziam parte do cotidiano escravista no Brasil.

Através dele os senhores conseguiam propagar o temor entre os escravos na esperança de produzir “obediência e sujeição”. De acordo com João José Reis (2012), essas notícias representavam o solapamento do regime escravista, pois o escravismo não poderia persistir diante de casos tão impactantes que se tornavam cada vez mais frequentes nos periódicos de todo o país.

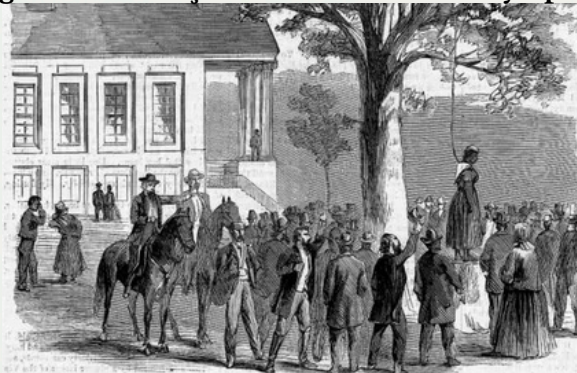
Fatos Horrosos: O Sr. Dr. Delegado do 1º distrito, seguiu no dia 24 do corrente, para Boa Viagem, em cujo cemitério foi inumado dois dias antes o cadáver da preta Catharina, escrava de Nicanor Bandeira de Mello, rendeiro do engenho Ibúra, falecida de castigos imoderados que recebera por ordem do seu senhor – no dia 20 do corrente. Aquela autoridade ordenou que se procedesse á exumação do cadáver, o que se realizou procedendo-se em seguida a autopsia, sendo peritos os srs. drs. Souza e Miranda Curio. Encontraram estes facultativos o cadáver com os olhos fora das órbitas, a língua com saliência de 4 centímetros fora da boca e excessivamente tumefata; no pescoço, do lado esquerdo, uma solução de continuidade em sentido transverso, não se notando nele nenhuma outra alteração a não ser a tumefação a ausência de epiderme; em toda região lombar, nadegal e parte posterior da coxa fortes e profundas contusões, notando-se nas nádegas esmigalhamentos dos tecidos moles e focos purulentos que extravasam a menor incisão em qualquer direção, verificados pelos golpes do bisturi, de cujas averiguações conclui-se que houve a morte, datando de quatro dias, a qual não foi devida a congestão cerebral, porquanto, do exame do cérebro, nada se lhe achou de notável e sim que as feridas das nádegas não medicadas, foram a causa da morte. Depois da exumação e autopsia, foi o sr. Dr. Delegado, ao engenho Ibúra, onde encontrou dois troncos em um imundo quarto destinado a castigos de escravos, e nele escondidos os escravos Antônio, marido da infeliz assassinada e Benedita, maiores de 50 anos, sendo esta última doente e também seviciada, os quais foram conduzidos para esta cidade. Deu origem a este fato horroroso, a fuga de duas escravas, atribuída a João e Benedita, sendo que João, que também fora castigado e se achava no tronco, poucas horas antes da ida, ao engenho, do dr. delegado, desapareceu, ou o fizeram desaparecer; sem dúvida para ocultarem o seu estado. Vistoriaram Benedita, os srs. drs. Loureiro e Curio. Prossegue o dr. Delegado no inquérito. Recife, PE. (Gutenberg, 30 de setembro de 1886, p. 3)

Na notícia acima, o jornal abolicionista chegou a reproduzir um laudo médico especificando as barbaridades que a escravizada sofreu, resultando em sua morte. As condições de vida nas lavouras era cruel e desumana. Como mencionado anteriormente, a violência é a principal característica do regime escravista e muitas notícias encontradas revelam de forma aterradora essa afirmação:

Benedita, de 23 anos, mais ou menos, escrava do Sr. João Pires de Almeida, há tempo mantinha relações ilícitas com um escravo de Raphael de Barros, recolhendo todas as noites o dito escravo em casa do seu senhor. (...) Benedita, depois de fazer os seus serviços habituais pela manhã, retirou-se para o quintal, onde, duas horas depois, foi encontrada enforcada, conjuntamente com seu amante, no mesmo galho de uma árvore, e em um mesmo cipó, em cujas extremidades haviam as laçadas, tendo duas voltas no centro do cipó sobre o galho, para não haver desequilíbrio pela desigualdade do peso, ficando ambos em uma só altura. Benedita estava em adiantado estado de gravidez. (O Orbe, 14 de maio de 1882, p.3).

Assim, assinalamos como a violência era constante na vida das escravizadas, presente em diferentes momentos do convívio social. Vigias e compelidas, a brutalidade poderia se fazer presente sob qualquer justificativa. No caso de Benedita, “em adiantado estado de gravidez”, foi morta por se encontrar com outro escravizado sem permissão de seu senhor.

Imagem 6: Execução da escravizada Amy Spain



Fonte: Aventuras na história, Disponível em <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/historia-a-execucao-de-amy-spain-escrava-nos-estados-unidos.phtml> Acesso em 11 de setembro de 2024.

Eixo de análise 2- As fugas



As notícias de fuga, anúncios de “procura-se” e ofertas de recompensas eram as mais recorrentes nos periódicos do século XIX. Normalmente breves e objetivas, descreviam as escravizadas de forma indiscreta e grosseira, principalmente quanto a sua caracterização física. Reproduzimos alguns exemplos abaixo

Escrava Fugida. Fugiu no dia 17 do corrente, da propriedade de D. Thereza Felícia Gomes Sampaio, uma escrava, de nome Luiza, de nação Angola, as maçãs do rosto bastante salientes, de 52 anos de idade mais ou menos. Quem a prender será favor conduzi-la ao sobrado número 24, situado a Rua da Quitanda desta cidade, que será bem remunerado (Jornal do Penedo, 26 de fevereiro de 1881, p.2).

Fugiu a escrava de nome Damiana, preta, altura regular, cabelos “pixains”, olhos regulares um pouco empapuçados, dentes perfeitos, e como lhe conste andar nessa cidade a procurar senhor, o abaixo assinado declara a quem quiser comprar que se dirija a Vila de Atalaia onde fará negócio, assim como protesta proceder judicialmente contra quem quer que esteja criminosamente acoitando. (Jornal do Pilar, 11 de março de 1874, p.4)

No dia 29 de janeiro desapareceu a escrava Joana cabra, grossa, baixa, pés grandes, idade de 20 anos, julga-se andar de roupa de homem, pertencente ao abaixo assinado. Quem a trouxer ou dela der notícia será generosamente gratificado, e protesta contra quem a tiver oculta.” (Jornal do Penedo, 10 de fevereiro de 1877, p.4).

Imagem 7: Fuga de Escravos, 1859 - François-Auguste Biard



Fonte: Enciclopédia itaú cultural, Disponível em <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3138/fuga-de-escravos>> Acesso em 11 de setembro de 2024.

Citando um caso curioso, encontramos uma exceção nas notícias objetivas de “procura-se”. Em 24 de outubro de 1879 o Jornal de Penedo publicou uma notícia detalhada sobre a escravizada Angélica, que além de fugir levou consigo uma boa quantia em dinheiro, um enxoval de diversas peças e outros bens da família de seu senhor. Na nota publicada, o proprietário chega a pormenorizar aspectos físicos e até as condições de saúde de sua escravizada, além de listar dezenas de objetos que teriam sido roubados na sua fuga. Curiosidades inesperadas permitem inferir os motivos da fuga (a proprietária havia morrido recentemente) e demonstram o dia a dia das escravizadas, revelando um cotidiano complexo na constante busca pela liberdade e diversos aspectos de sociabilidade que motivaram e possibilitaram a fuga.

Na noite de 10 de outubro corrente, fugiu desta cidade, minha escrava Angélica, Mulata, de 27 anos de idade, estatura e corpo regulares, rosto comprido, cabelos enrolados e um pouco crescidos, pois que, criando um pouco extensos, tivera de apara-los, quando a três meses passado, mais ou menos, submeter-se a tratamento de moléstia dos olhos, hoje bons; nariz e boca regulares, orelhas pequenas, dentadura, suponho perfeita na frente, mas nos lados a falta de dentes, mãos e pés grandes, estes largos, porém macios por viver sempre calçada e em casa, calos pequenos.

Conduziu consigo a quantia de 672.000 réis E bem assim toda a roupa de sua finada senhora, objetos de casa e etc, Tornando-se bem saliente as peças seguintes: - um chalé de toquinho de peso amarelo, outro menor de lã, também amarelo, - um já usado, branco de lã e bordado, um preto de merinó, boa fazenda, com bordados encarnados em uma ponta, um vestido preto de nobreza liso, toalhas, cobertas, lençóis etc.

Uma caixa de folha contendo uma imagem de Santo Antônio e finalmente, um vaso de madeira à semelhança de uma pêra, Contendo as sagradas relíquias e Ágnus Dei, um vidro próprio para depósito de sabonete e na tampa um torçal de lã verde.

Também conduziu nas orelhas brincos de filigrana; mas por mim presenteados. Entrelinhas, a mesma mulata estreita relações com a família do senhor Franco Lima, ex- escrivão do vapor - Jequitaya, hoje residindo na Bahia. Os seguintes precedentes fazem-me crê ter a foragida procurado proteção dessa família, e retirando de minha pessoa toda responsabilidade, apenas narro o fato - José Caboclo, criado dessa mesma família contará a pessoas dessa cidade e dignas de melhor conceito - que minha escrava quisesse acompanhar ao Snr. Franco Lima e sua família logo na época de sua retirada, mas teve ela em resposta, ficar isso pra depois; tanto que José fora receber toda a roupa, que já estava guardado em poder de Joaquina, escrava do negociante domingo José da Silva Cravo. - São estas As palavras proferidas publicamente pelo ex-criado do Snr. Franco Lima! Assim, pois, esperar auxílio da parte das autoridades constituídas para o fim de ser capturada minha referida escrava, onde quer que esteja.

Protesto desde já contra quem quer que tenha seduzido minha escrava para assim proceder a em juízo competente o pugnairei pelos danos e prejuízos causados (Jornal do Penedo, 24 de outubro de 1879, p.4).

Outras notícias poderiam revelar mais do cotidiano das escravizadas e permitem inferir suas vontades e estratégias na busca pela liberdade:

FUGIU no dia 24 de janeiro próximo a escrava Carlota, parda bem clara, altura regular, seca de corpo, cabelos anelados, idade 26 anos, segundo consta. Foi seduzida e seguiu em companhia do seu sedutor Proethegio Barros Universo, pardo, baixo, bem moço, chapéu de chile, foi praça de exército, vai munido de uma escusa. Roga-se qualquer autoridade ou capitão de campo (ilegível) da dita escrava, o seu regresso para esta capital a ser entregue a sua senhora, D. Maria Sophia de Conceição que promete recompensar generosamente (O Liberal, 03 de fevereiro de 1886, p.4).

A breve nota de “procura-se” descreve o ato de fuga e rebeldia de Carlota, mulher escravizada que reagiu à tal condição. Com efeito, notícias como essa autorizam a interpretação de que a autonomia das ações pertencia aos escravizados não sendo os mesmos passivos ou pacientes, mesmo quando a maneira de escrever dos editores dos periódicos, por muitas vezes, tente transmitir essa impressão. Dessa forma, o leitor mais atento consegue perceber a condição das cativas de autogovernar-se e tomar as decisões que poderiam modificar suas vidas. No exemplo, a escravizada Carlota, enamorada de Proethegio, decidiu adotar como estratégia a fuga com seu companheiro e arriscar um futuro mais próspero em sua trajetória, embora o editor da nota insistisse na expressão “seduzida”, dando a entender que Carlota não era capaz de se autogovernar. A escolha lexical demonstra a visão de mundo do editor e como ele enxergava as escravizadas

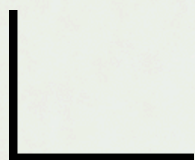
Em outras oportunidades a procura de escravizadas fugidas ganhavam contornos mais graves e igualmente desvelam mais da relação cotidiana entre senhores e escravizadas. Ora por curiosidades inesperadas, ora por desvelar detalhes do interior das casas e famílias, minúcias como a vestimenta e a companhia que tiveram durante a fuga poderiam complementar os anúncios de “procura-se”.

Fugiu do abaixo assinado a mais de um ano, uma escrava de nome Roza, dos seguintes sinais: altura regular, rosto encarnado, tem um dedo de uma das mãos torto para dentro da Palma, fala fanhosa, serviço de roça, deixou nesta cidade uma filhinha, e saiu grávida; foi do termo de Anadia no Pão d'Arco, da família do alferes José Joaquim Pessoa. Quem a capturar, e me trazer terá 100\$000rs, de gratificação (Jornal do Penedo, 22 de janeiro de 1875, p.3).

A primeira característica a se destacar da notícia é o longo período que já havia transcorrido da fuga, mais de um ano. Não era comum o proprietário oferecer recompensa depois de tanto tempo passado, entretanto, essa nota nada tem de regular, ao contrário, a escravizada Roza optou em fugir mesmo estando grávida e para tanto precisou deixar uma outra filha pequena para trás. A nota não revela os motivos de Roza, mas provoca a reflexão sobre quão dura era a vida em cativeiro, além da necessidade de se buscar novos caminhos e tomar decisões difíceis, como abandonar um filho. Telles (2018) afirma que a fuga de escravizadas grávidas está associada ao receio de serem forçadas a se tornar amas de leite, figura que sofria grande opressão no cativeiro, pois obrigadas a cuidar dos filhos da casa grande, por muitas vezes, eram obrigadas a negligenciar os próprios filhos.

Nesse sentido, também são muitas as notícias que demonstram a dificuldade de manutenção do núcleo familiar. Condição que pode ser assinalada como resistência dos escravizados.

Eixo de análise 3- Os núcleos familiares



Comumente as notícias de fuga coincidem com outro tema relevante no estudo do escravismo, qual seja, a manutenção do núcleo familiar. Em muitas notícias percebe-se o agente em fuga na busca de melhores condições de vida levando consigo algum ente familiar ou sofrendo com a separação.

Imagem 8: Mãe escravizada com filho



Do abaixo assinado fugiu sua escrava Luiza, cor fula, altura regular, grossa do corpo, com falta de dentes na frente, cabelos carapinhos e grandes, tendo no rosto um ou mais lapas como de chicote: representa ter 28 a 30 anos, sabe ler, esta escrava pertenceu ao Snr. Luiz de Oliveira Campello, e levou em sua companhia um filho com sete anos de idade, de nome Henrique, da mesma cor. É de supor que tenha fugido com o soldado de linha Inácio Jose Pinheiro, o qual se acha desertado, com quem era dita escrava amasiada. Quem Apreender (...) será recompensado generosamente. (O Orbe, 26 de julho de 1881, p.4).]

De acordo com Slenes (2011), a manutenção do núcleo familiar no cativo era uma forma de preservar a cultura africana, além de garantir proteção e o sentimento de pertencimento por estar junto dos parentes e membros da mesma etnia. A separação familiar envolvia riscos e os indivíduos se tornavam deslocados e incompletos quando separados dos seus. Com efeito, depois de separada a família, o reencontro seria uma forma de resistência.

Leonor, africana, mãe do escravo Benedito, que foi embarcado aqui em 1877 pela casa dos senhores Fontan & Comp, e que, segundo consta, deve estar hoje em Minas ou em S. Paulo, tendo hoje quantia suficiente para alforriar seu filho e ocorrer a qualquer despesa que com ele possa ser feita, vem pedir ao generosos abolicionistas do sul do Império todo auxílio afim de conseguir o seu intento Outrossim, gratifica generosamente quem quer que dando-lhe notícia certa do referido seu filho, se encarregue de agenciar a sua libertação (17 de setembro de 1883, p.3).

Fonte: Geledes, Disponível em <https://www.geledes.org.br/10-raras-fotografias-de-escravos-brasileiros-feitas-150-anos-atras/>, Acesso em 24/09/2024.

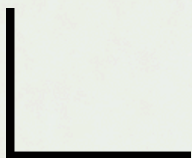
A notícia acima é bastante incomum, relata uma mãe que conseguiu recursos e tenta reencontrar seu filho vendido a tempos atrás. Através dessas notícias podemos notar a resistência ao cotidiano escravista e a determinação dessas mulheres em garantir a liberdade e/ou garantir a manutenção dos laços familiares. Isabel Cristina dos Reis (2018) destaca a relevância da vida familiar e como a sua manutenção é indicador de resistência num contexto de segregação e diáspora.

Isabel Cristina dos Reis (2018) destaca a relevância da vida familiar e como a sua manutenção é indicador de resistência num contexto de segregação e diáspora. Uma última notícia aborda a venda de escravos a partir de 12 anos:

O proprietário Antônio Ernesto de Mello de Cabral compra escravos de ambos os sexos, de idade de 11 a 25 anos, e promete chegar no maior preço do que outro qualquer, e para isto tem encarregado nesta cidade a Sizino Barreiros da Cunha, com quem se poderão entender; e também sobre a praça da Bahia (Jornal do Penedo, 24 de agosto de 1877, p.4).

A compra de crianças de 11 anos, estampada nos anúncios, ia de encontro à legislação que proibia a separação de famílias, pois era proibido separar os filhos menores de 12 anos do pai ou da mãe em qualquer caso de alienação de escravo, sendo anulado qualquer contrato pela lei de 1831 (REIS, 2018).

Eixo de análise 4-As biografias



Nas notícias analisadas até aqui as escravizadas aparecem de forma breve. Uma única nota, uma única informação, e essas personagens nunca mais retornam a figurar nos noticiários. Não sabemos a conclusão de suas trajetórias. Porém, perscrutando os jornais por períodos mais longos encontramos personagens que receberam maior destaque e sua trajetória foi acompanhada com maior interesse pelos editores e leitores da época. Na maioria das vezes, mesmo sem intenção, as escravizadas eram envolvidas em assuntos polêmicos e os editores acompanhavam suas histórias por meses seguidos e assim descobrimos um pouco mais dessas mulheres. Nesse sentido destacamos as histórias de Rosa e Honória.

Imagem 9: Escravizada de Perfil



A Escravizada Rosa

As notícias relacionadas à escravizada Rosa foram publicadas nos jornais O Orbe e O Gutenberg no período que se estende de agosto a dezembro de 1886. São dezenas de notícias que se sobrepõem em diferentes versões e envolvem autoridades locais, provinciais e até um senador e conselheiro do Império. Rosa teria sofrido maus-tratos de sua proprietária, Umbelina Aguiar em Maceió. Umbelina era mãe de um Promotor de Justiça, Antônio Teixeira de Aguiar, membro do Partido Liberal. Temendo complicações com as autoridades e os abolicionistas da capital devido aos graves ferimentos feitos na cativa, Antônio Aguiar tentou ocultar Rosa em Porto Calvo, município localizado no litoral norte de Alagoas, na residência do Juiz Guimarães Cerne, que tentou acobertar o crime, alegando que a cativa havia fugido. O caso ganhou grande repercussão e envolveu os periódicos abolicionistas da capital, contrastando narrativas e envolvendo diversas autoridades do período.

Fonte: Terra.com, Disponível em <<https://www.terra.com.br/nos/heranca-escravagista-brasil-ainda-explora-populacao-negra,620bccd0ee7e2d1d79df0b34a30b5edeu6491dud.html>> Acesso em 11 de setembro de 2024.

A escrava Rosa, tendo sido aqui barbaramente seviciada, e antes que a polícia ou abolicionismo entrasse no conhecimento do horroroso atentado, foi remetida para Porto Calvo a ser entregue ao Dr. Antônio de Aguiar, porque sendo ele ali promotor, despistava-se um pouco a justiça e a polícia; ninguém, regularmente, vai catar crimes em casa do advogado da justiça pública. (...) Conta-se por toda cidade que essa escrava, de nome Rosa, e que há pouco (...) fora crua e severamente seviciada, e que, para evitar abelhudices dos abolicionistas desta capital, havia sido exportada para Porto Calvo, em companhia de seu senhor moço!! (O Gutenberg, 25 de agosto de 1886, 2).

Em que casos se concede o mandado de busca?

Além dos outros muitos casos marcados na lei, concede-se para descobrir a objetos necessários a prova de algum crime (...).

Ora, no mês de agosto do corrente ano, os jornais da capital deram notícia de que uma escrava de nome Rosa, de propriedade da exma. snra. mãe do dr. Aguiar, estava com muitos sinais de rigorosas sevícias, e alguns disseram que esta escrava tinha sucumbido em consequência dessas ofensas físicas (O Orbe, 19 de novembro de 1886, p.2).

Nas edições subsequentes seria esclarecido que a casa era propriedade do Juiz Cerne. Além de tentar impedir a entrada da polícia em sua propriedade, Cerne enviou telegramas para diversas autoridades contando sua versão dos fatos. Uma dessas autoridades foi o Senador e Conselheiro do Império Manoel Pinto de Sousa Dantas, que se pronunciou a favor do juiz e foi largamente criticado na imprensa abolicionista de Maceió. Ao perceber o envolvimento de políticos importantes no episódio, os editores passaram a exigir que tais autoridades se manifestassem contra a violência do regime escravista e a favor da libertação dos cativos, em especial o senador Dantas.

Interessante perceber como a trajetória da escravizada Rosa gerou tantas disputas. O episódio promoveu discussões que apontavam para o colapso do regime escravocrata a partir de uma elite visivelmente dividida. A emancipação passava por vitórias no senado e demais instituições políticas e judiciais, essa noção se tornaria uma das principais estratégias dos abolicionistas.

A Escravizada Honória

Em outro episódio, a posse da escravizada Honória tornou-se objeto de disputa entre os senhores Bento José de Melo Pereira e José Joaquim Pitombo na comarca de Penedo na década de 1870. A querela judicial ganhou as páginas da imprensa local. A versão de Bento Pereira foi publicada em O Jornal de Penedo de janeiro a novembro de 1877. Em dezenas de notas, cartas e reprodução de documentos, Bento relata seus desenlaces contra José Pitombo pelo destino de Honória.

Sendo eu senhor e possuidor de uma escrava que houve por tentar comprar o Sr. José Joaquim Pitombo, Morador nesta vila, entendeu que devia arrancá-la de meu poder e tê-la em sua casa e companhia; e para chegar esse fim, passou uma escritura de doação da quantia de 200\$, e com estes mandou requerer sua alforria por arbitramento, perante o juiz municipal desta vila, conseguindo ser nomeado Curador da dita escrava. Procedido o arbitramento com irregularidades insanáveis, com injustiça clamorosa e violação da lei que não admite liberalidade de terceiro, apelei para o Sr. Dr. Juiz de Direito desta Comarca da decisão do Juiz Municipal. (Jornal do Penedo, 06 de abril de 1877, p.2)

A disputa foi marcada por ofensas, injúrias e toda sorte de acusações de parte a parte.

Na avançada idade de mais de 80 janeiros, já está no estado de respeitar a si e aos mais! Não há quem ignore que o Sr. Pitombo tentou e afinal obteve colocar minha escrava Honória dentro de sua casa para seus fins. A princípio quando comprei da mulata ao Sr. José Maria, o Sr. Pitombo, cobiçando-a, escreveu-me uma carta falando em compra. Pedi 800\$000, e acrescentei que para ser libertada daria por menos. Nada mais me falou o Sr. Pitombo; mas tratou maquinar um meio mais suave, pelo qual pudesse gozar da presença de sua náiade, como o está, já há meses (Jornal do Penedo, 19 de maio de 1877, pp. 3 e 4).

Por sua vez, José Pitombo acusava Bento de maus-tratos e sevícias e por essa razão obteve o direito de permanecer como Curador de Honória e mantê-la em sua residência. Mas Bento Pereira negaria, em parte, as acusações de maus-tratos:

Havia eu castigado-a com dez palmatórias por desobediências por ela praticadas no serviço doméstico: o que fez sr. dr. José Jancinlho? Mandou o célebre Salles, de execranda memória, requerer um corpo de delito das ofensas produzidas por essas palmatórias; perito do amoroso Pitombo, este exagerou a gravidade das ofensas de sua amada. O que eu logo procurei destruir, (...) provando que a ofensa não excedera os limites de castigo moderado que aos senhores é permitido infligir aos seus escravos. (...) Provando que o castigo por mim infligido a minha escrava havia sido moderado e como tal pela lei permitido, e que nem mesmo a pretexto de sevícias podia ser ela depositada, pois neste caso a providência era obrigar me a assinar termo de segurança, como declara o aviso número 263 de 25 de novembro de 1852 (Jornal do Penedo, 27 de junho de 1876, pp. 2 e 3).

Curioso notar que Bento Pereira não nega as punições, mas garante que os castigos foram merecidos e moderados, conforme o permitiam as leis do país. Argumentação semelhante a esta será muito difundida na imprensa alagoana alguns anos depois, já na década de 1880, principalmente em O Orbe.

Encontramos dezenas de proprietários justificando a posse e o direito de castigar seus escravizados para que se tornassem obedientes, consideramos que essa argumentação se tornou cada vez mais presente à medida que também majorava a campanha abolicionista na província e, em especial, na capital.

Depois de perder a guarda de Honória por maus-tratos, Bento Pereira passou a alegar que fora prejudicado pelo Juiz Municipal José Jacintho de Souza, que teria agido de forma parcial e favorecido a José Pitombo por haver proximidade e companheirismo entre eles.

(José Jacintho de Souza) homologou o injusto e irregular arbitramento, e mandou expedir carta de liberdade a minha famosa escrava Honória da qual se apossou o seu “Fidus Achate”, Pitombo. (...)
Vê-se deste despacho que o snr. dr. José Jacintho considerou-me um homem perverso, cruel e até assassino, quando diz que fez depositar a minha escrava para garantir-lhe a vida (Jornal do Penedo, 27 de junho de 1876, pp. 2 e 3).

Considerando-se lesado na sentença, Bento Pereira recorreu em instância superior e na nova demanda foi vitorioso com o Juiz de Direito de Comarca, Alfredo Montezuma de Oliveira, anulando a primeira sentença e determinando que lhe fosse restituída a escrava Honória. Entretanto, Bento Pereira voltou mais uma vez à imprensa para lamentar que a nova sentença não poderia ser cumprida, uma vez que Pitombo alegou que a escrava havia desaparecido. Bento não acreditou na versão do adversário, acusando-o de ter ocultado Honória.

O distinto e ilustrado Snr. Dr. Juiz de direito de comarca anulou o mandado restituir-me a escrava Honoria querida e protegida do snr. Pitombo, pela jurídica sentença que será transcrita. (...)
Ainda não pode até agora ser cumprida a sentença do digno juiz de direito; porque o snr. Pitombo que em sua casa vinha mantendo a minha escrava, escamoteou-a, ocultando em lugar não sabido, sem receio das penas do artigo 269 do código criminal; porque confia na amizade e proteção do snr. dr. José Jacintho que neste negócio tem sido e é o mentor, e que tão despeitado ficou com o snr. dr. Montezuma por haver proferido sentença em meu favor que o tem intrigado nesta vila, levantando contra ele uma cruzada a cuja frente se acha! (Jornal do Penedo, 27 de junho de 1877, p.3).

A longa disputa travada na justiça e na imprensa local desvela os vícios e incoerências da sociedade escravista. Desvela ainda uma elite mesquinha e exploradora, pois mesmo Honória sendo objeto de disputa em tantos artigos publicados, a cativa não aparece como sujeito de seus atos nas representações do editor.

Com efeito, em nenhum momento conhecemos suas vontades ou interesses. Honória é tratada como um animal doméstico por seus senhores, pelos editores do jornal e pelas autoridades. Dessa maneira, vemos que a cativa não tinha voz alguma nos periódicos, espaços que pertenciam apenas às elites.

Eixo de análise

5-Os processos judiciários na busca por liberdade

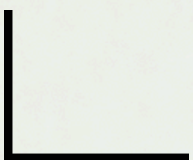
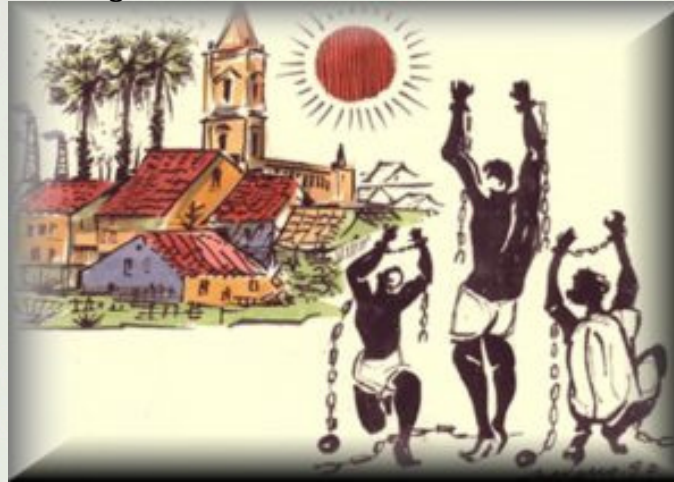


Imagem 10: Resistência e liberdade



Fonte: Sobral Agora Disponível em
<https://sobralagora.com.br/2017/03/ceara-feriado-data-magna-do-ceara-celebra-a-libertacao-dos-escravos/>, Acesso em 25/09/2024.

No jornal abolicionista O Lincoln, conhecemos a trajetória de Rosalina, mulher de origem africana e livre que foi arrolada no processo de libertação de seus sete filhos. O processo teve como autores Feliciano, Balbino, Ricardo, Andreza, Luzia, Rosa e Lucinda - os filhos de Rosalina - e teve como réu o proprietário Tenente-Coronel Antônio Gomes de Mello Lins, grande proprietário e membro de família tradicional de Alagoas. Na sentença, o magistrado Telesphoro Gomes de Araújo constatou a razão dos autores e reconheceu a liberdade de todos eles. O processo foi todo acompanhado pelo periódico abolicionista durante vários meses e a sentença que concedeu liberdade aos autores foi veiculada com grande alarde na primeira página da edição de 20 de abril de 1888:

O Poder Judiciário arrancou do barbarismo de um cativo ilegal as vítimas inermes do potentado negreiro. (...) Sentença: Alegando os autores que sendo filhos da africana Rosalina, importada depois da lei de 07 de novembro de 1831 (cujo tráfico era proibido) são livres não só por essa circunstância da lei, corroborada pela prova testemunhal dada, como também pela de se achar sua mãe matriculada com a declaração de filiação desconhecida. (...) Considerando que pela matrícula se vê que Rosalina foi dada com a declaração de filiação desconhecida e que sendo ignorada a condição dela é presunção pleníssima de direito em favor da condição livre de seus filhos. (...) Considerando que o réu não apresentou provas robustas e seguríssimas que contestassem o direito dos autores porque em questão de liberdade se releva do ônus de prova a quem invoca transferindo-se a parte oposta. (...) Considerando o mais que consta dos autos, julgo por sentença livres os autores, filhos de Rosalina, e como tais os declarando mando que sejam imediatamente restituídos a sua liberdade e pague o réu as custas. Publique-se e intime-se Pilar, 16 de fevereiro de 1888. Juiz Telesphoro Gomes de Araújo. (Lincoln. Maceió, 20 de abril de 1888, p. 1, 1888.)

Na peça jurídica, reproduzida integralmente no periódico, percebem-se as estratégias utilizadas pelos escravizados. Apegando-se à Lei de 07 de novembro de 1831, que tentou impedir a entrada de africanos escravizados no país. Os autores do processo questionaram sua condição de escravizados, uma vez que sua mãe era uma mulher livre e entrou no Brasil depois de promulgada a referida lei, que tornou livre todos os indivíduos “importados” desde então.

A vitória dos autores, além de sugerir as diferentes formas de resistência ao cativeiro, comprova que muitas transformações estavam ocorrendo no mundo do trabalho e os proprietários do Brasil teriam que adequar-se à nova ordem. Assim como o exemplo de Rosalina e seus filhos, outros escravizados estavam conquistando sua liberdade pela via jurídica ao longo da década de 1880.

O episódio foi bastante comentado nos periódicos analisados. Curiosamente, a folha escravocrata, O Orbe, organizou sua sequência argumentativa e discurso focados no personagem Benedito, pai dos escravizados em querela na justiça, enquanto os abolicionistas escolheram privilegiar a trajetória de Rosalina, a mãe dos mesmos escravizados. Como vimos, os sete escravizados foram vencedores em seu pleito e ao final da demanda tornaram-se livres. No entanto, na versão de O Orbe, Benedito e seus filhos foram enganados e explorados pelos abolicionistas.

Está por este documento provado que esses escravos foram seduzidos, e enganados que eram livres por descenderem de africanos; colheram dinheiro por modos tais que nos envergonhamos de reproduzir o que foi substancialmente escrito. Que estes escravos fugidos em Maceió, ali viviam sob a proteção desses Libertadores do alheio para usufruírem os seus serviços, e o dinheiro que cavam do pobre e velho africano Benedito pai deles (...) E esse abuso da ideia abolicionista que conspira, e indispõe contra ela os espíritos justos que não podem convir com as torpezas desses especuladores que por interesse do pecúlio do escravo não se envergonham das humilhações, mentiras porque passam; estes afrontam o descobrimento dessas torpezas pelas próprias vítimas dos enganos e seduições. E tudo isso pelo vil interesse de alguns dinheiros arrancados desse pobre pai, que é desculpado por sua ignorância, e pelos sentimentos de paternidade. (Orbe. Maceió, 25 de novembro de 1887, p. 3, 1887).

Desta forma, para os editores de O Orbe, os escravizados que acionavam a justiça para assegurar suas liberdades eram manipulados e enganados pelos abolicionistas. Curioso perceber a insistência no verbo “seduzir”. A escolha lexical demonstra que para os editores do periódico os escravizados eram facilmente convencidos e manipulados pelos abolicionistas. Benedito seria “desculpado por sua ignorância”. Em outras palavras, em sua argumentação, a folha escravocrata não confere aos escravizados a condição de agentes dos seus atos, negando, nessa perspectiva, o protagonismo africano. Na contramão, preferia apontar os abolicionistas como agitadores e fraudulentos, que “manobravam” os escravizados. (Castilho, 2023)

A expressão “seduzir” é utilizada repetidas vezes nas páginas do jornal, e como bem explica Nora (1995), tal escolha lexical explicita a visão de mundo dos editores. Ao insistir na astúcia dos abolicionistas em manipular os cativos, retira a condição de sujeitos históricos dos escravizados e seus familiares. Para o editor esses seriam incapazes de reagir ou se organizar contra o regime escravista. Esse posicionamento buscava não comprometer uma visão de mundo pautada no escravo pacífico e obediente.

Por fim, assinalamos que nos estertores do escravismo foi comum a prática de escravizados buscarem a justiça para conquistarem sua liberdade. Tal estratégia de resistência tornou-se mais forte com a adesão de advogados e jornalistas abolicionistas, e, acima de tudo, demonstram a autonomia e o protagonismo dos escravizados no processo de busca de sua liberdade. Esses momentos são mais bem percebidos no estudo das trajetórias individuais e cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto buscamos evidenciar por meio de notícias de jornal de época, que as mulheres escravizadas de Alagoas sempre foram protagonistas de suas vidas e que sempre buscaram maneiras de resistir ao escravismo. Destacar essa concepção para os estudantes do ensino médio é fundamental para que eles compreendam noções importantes da Ciência Histórica, como o conceito de Sujeito Histórico.

Ao longo do trabalho desenvolvido procuramos oportunizar ferramentas conceituais que possibilitem aos estudantes a compreensão de que os personagens históricos; diante das limitações sócio-históricas de seu grupo social ou tempo histórico; são protagonistas de suas ações, fazendo escolhas e tomando atitudes. O sujeito histórico reage aos medos e incertezas de seu tempo e pode conseguir conquistas que transformarão as suas vidas e de outras pessoas.

Por fim, observar essas possibilidades no cotidiano de mulheres escravizadas por meio de notícias de jornal, é uma tentativa de aproximar os jovens estudantes dos dias de hoje ao conteúdo de História do Brasil e ao processo de transição da mão de obra no final do século XIX.

REFÊRENCIAS

- BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CASTILHO, F.F.A. A representação escrava em o Jornal do Pilar: a crise do escravismo em Alagoas (1874-1876). **Revista Maracanan**, v. 21, p. 50-70, 2019.
- CASTILHO, F.F.A.; ALVES, D.S. . O final do escravismo na imprensa alagoana: os abolicionistas de Maceió e a resistência proprietária em O Orbe. **Global Dialogue**, v. 6, p. 1-89, 2023.
- CASTILHO, F.F.A. Mulheres escravizadas em Alagoas: Resistência e protagonismo nos periódicos locais (1870 e 1880). **REVISTA CRÍTICA HISTÓRICA**, v. 12, p. 83-109, 2021.
- GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas sociais**, n. 25-26, p. 20-28, 2011.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. v.2, 1988.
- NÓVOA, António et al. A imprensa de educação e ensino. CATANI, Denise Barbsra (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a educação**. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 11-32.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Família escrava. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil : a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Cia das Letras. 2003.
- REVEL, Jacques. **Jogos de escala: A experiência da micro-história**. Rio de, 1998.
- SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 189-203, 1988.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, 2007.
- TELLES, L.F.S. Amas de Leite. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.